



**"Apropria-te de mim e refaz a  
independência sempre que preciso":  
a polissemia e a longevidade  
do culto bolivariano**

*Fabiana de Souza Fredrigo  
Gabriela Pellegrino Soares*



## resumo

Este artigo analisa o processo de construção de uma memória em torno de Simón Bolívar, uma memória polissêmica que articula os protagonistas da gesta independentista na Grã-Colômbia e a posteridade. Partimos da correspondência entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander, visitamos a Colômbia e a Venezuela, contemplamos estátuas e ouvimos a Orquestra Sinfônica Simón Bolívar. Em todo esse percurso, problematizamos a polissemia do culto bolivariano, tendo em vista a centralidade das independências sul-americanas e suas implicações, tais como: o estabelecimento de uma cultura cívica republicana, a formação da comunidade de generais e a constituição da nação ideal, hoje capturada por projetos políticos em cena na Venezuela e na Colômbia.

**Palavras-chave:** Simón Bolívar; Francisco de Paula Santander; correspondência; monumentos.

## abstract

*This article sheds light on the construction of memory regarding Simón Bolívar, a polysemic memory that intertwines the actors of the Gran Colombian independence war and posterity. We depart from letters exchanged between Simón Bolívar and Francisco de Paula Santander, visit Colombia and Venezuela, contemplate public monuments, and listen to the Simón Bolívar Symphonic Orchestra. Throughout this path, we discuss the polysemic construction of a place for Bolívar among national heroes, given the importance of the independence military campaigns in South America and their historical implications – among others, the building of a Republican civic culture, of a community of high commanders and of the notion of an ideal nation, later captured by political projects in Venezuela and Colombia.*

**Keywords:** Simón Bolívar; Francisco de Paula Santander; letters; monuments.

“A palavra não foi feita para  
enfeitar, brilhar como ouro falso;  
a palavra foi feita para dizer.”

(Graciliano Ramos,  
*Linhas tortas*, 2005, capa)

## O HERÓI CATIVO DAS INDEPENDÊNCIAS, ONTEM E HOJE

**O** herói é um arquétipo. Ao aceitarmos esse pressuposto, concordamos que o acompanham a universalidade e a atemporalidade (Jung, 2014). Se a primeira qualidade implica o herói preexistir no inconsciente coletivo e, assim, adentrar narrativas distintas, a segunda registra que sua presença escapa ao tempo, exatamente, pela constância. De maneira simples e direta: o herói está a postos em todas as horas e em todos os lugares. Sobretudo, um herói pode ser abandonado, mas nunca abandona sua causa, sua vida é subsumida nela. No abandono aprofundam-se suas penas, as mesmas que o tornarão digno do panteão patriótico. O herói moderno, com tintas românticas, emerge, entre outras, das narrativas históricas oitocentistas que se ocupam de estabelecer a identidade nacional. Dito isso, as escritas em torno das independências obrigatoriamente articulam os seguintes elementos: a liderança, a guerra e o governo

autônomo e republicano. Acompanhar como essa articulação patrocinou disputas e produziu variados sentidos – internos, inclusive, aos sujeitos partícipes da gesta independentista, da qual Simón Bolívar é figura icônica – nos conduzirá, certamente, às múltiplas apropriações em torno do herói e do cenário em que ele se movimentou.

Ao se tornar herói latino-americano e seguir sendo apropriado ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, Bolívar transpôs fronteiras geográficas e temporais. Carrera-Damas (1969) anuncia a existência de um culto bolivariano que dominaria a historiografia venezuelana, ao menos, até a década de 1960. Mais recentemente, Enrique Krause (2011)

---

### **FABIANA DE SOUZA FREDRIGO**

é professora associada da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, credenciada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFG).

### **GABRIELA PELLEGRINO SOARES**

é professora livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo e pesquisadora do CNPq.

qualifica o culto cívico a Bolívar como incomum, tanto por não encontrar concorrência com os luminares religiosos – não há, na Venezuela, martirologia comparável à da Virgem de Guadalupe – quanto por ser um culto monoteísta, uma vez que Simón Bolívar é o único divinizado. Embora outros heróis compartilhem o panteão, como Miranda, Sucre e Páez, nenhum faz sombra àquele que é a fonte da divindade. Seguindo esse autor, é importante destacar que o culto ganha ares populares muito antes do chavismo. Desde 1842, alimenta-se uma “penitência coletiva pelo pecado de terem deixado Bolívar morrer em solo colombiano” (Krause, 2011, p. 528).

Um parêntese é fundamental. Simón Bolívar faleceu no dia 30 de dezembro de 1830, na Quinta de San Pedro de Alejandrino, próximo a Santa Marta. Proscrito, não fora atendido em seu desejo de ser enterrado em Caracas. Com o fim da Grã-Colômbia, as abaladas relações diplomáticas com a Venezuela impediram o traslado do corpo para a cidade natal de Bolívar. Além do mais, o caraquenho havia sido exilado pelo general José Antonio Páez, adversário do projeto de unidade acalentado pelos bolivaristas. Em 1842, sob a segunda presidência do general Páez, uma nova cerimônia fúnebre seria organizada para Bolívar, dessa vez, em sua cidade natal. Passados 12 anos, os restos mortais da liderança *criolla* foram trasladados de Santa Marta para Caracas, depositados em uma urna e abrigados na catedral, em um “autêntico teatro cerimonial” (Rodríguez Jímenez, 2011, p. 169). Apenas em 1876, as cinzas encontraram o lugar de descanso definitivo, o Panteão Republicano.

Como sugerido, o abandono e a pena do herói (a morte no exílio) o exaltam civicamente. Curioso duas repúblicas americanas,

Colômbia e Venezuela, despontarem autônomas sob o signo do exílio da liderança independentista. O ajuste de contas viria. Em 1842, Bolívar recebeu o título de Pai da Pátria e se consagrou herói imortal, em razão dos esforços do presidente e do Congresso venezuelano<sup>1</sup>. Nesse sentido, a “culpa histórica” sustentava uma situação extraordinária: o traslado, realizado em nome da unidade e da pacificação nacional, devia ocultar que o general das independências havia sido proscrito por seu principal projeto, a unidade da Grã-Colômbia, desmantelada em 1831, na sequência de sua morte. Portanto, entre 1819 e 1842 – respectivamente, datas do Congresso de Angostura, que legalizou a existência da Grã-Colômbia, e do retorno do

---

1 Recebido pelo Senado venezuelano em 30 de abril de 1842, esse não fora o primeiro título concedido a Simón Bolívar. Em meio à cruenta Guerra de Independência, duas decisões foram tomadas. Em 1813, decretou-se a “guerra de morte”, cujo principal fundamento era não poupar prisioneiros para possíveis trocas, e, em 1814, estabeleceu-se a “Ordem dos Libertadores”. Em carta para Antonio Nariño, redigida de Caracas em 4 de maio de 1814, Bolívar explicitava a motivação para a criação da Ordem: “Desejoso de distinguir àqueles militares que com sacrifícios e esforços extraordinários contribuíram muito para o feliz êxito da campanha que libertou a Venezuela, e que fariam a glória dos maiores heróis da terra, instituí a Ordem dos Libertadores” (apud Fredrigo, 2010, p. 102). Mais adiante, em carta para Santander, datada de 1826, escrevia: “[O título de] Libertador é maior do que tudo, por isso mesmo me desagradava até o trono” (apud Fredrigo, 2010, p. 163). A guerra, o imaginário heroico e a elaboração do luto associavam-se. A morte era fato evidente, à espreita, não só nas batalhas, mas no cotidiano das vilas. Entre 1813 e 1814, se perderam cerca de 60 mil vidas. Procissões, funerais, execuções públicas na praça central, abandono de cadáveres na porta das igrejas eram atos comuns na Venezuela, na primeira década do século XIX (Flores González, 2017). As honras fúnebres tornaram-se recursos simbólicos tanto para realistas como para patriotas. Não é surpreendente que a “Ordem dos Libertadores” integre tais recursos. A guerra não desaparece ou se torna mais amena, no entanto, a liturgia republicana permite o luto que dignifica e dá sentido à vida e, sobretudo, à permanência do combate com os realistas.

exilado –, a unidade americana assumiu-se empreendimento polissêmico, posto que a guerra e a formação do Estado demandavam diferentes ações e imaginários políticos. O fato digno de atenção aqui não é o conflito entre os generais *criollos*, findas as guerras de independência. Interessa reter, sim, o seguinte: sozinha, a narrativa histórica patriótica seria incapaz de encapsular Bolívar, estabelecendo uma mitomania singular. Se o culto é monoteísta, a divindade é plural: há muitos Bolívares. Sua estátua equestre cavalgaria por outras paragens, da música e literatura às artes plásticas. As honras fúnebres e as comemorações foram apenas o princípio de um culto que se perenizou. Se sua sobrevivência se inscreve na historiografia, não depende apenas dela, já que se populariza das formas mais variadas.

“Apropria-te de mim e refaz a independência”: embora a frase nunca tenha sido proferida pelo caraquenho, é reveladora de duas questões centrais. A primeira relaciona-se à ação propositiva da liderança. Simón Bolívar não esteve imune ao desejo de legar à posteridade uma história que demarcasse sua indispensabilidade às independências. Para tanto, dedicou especial atenção ao seu epistolário e à conformação de uma comunidade de generais. A segunda refere-se aos receptores do projeto narrativo bolivariano. Nesse caso, a apropriação é reivindicada por distintos atores que refazem a independência conforme reconstruem a associação entre a liderança e o cenário oitocentista. Dessa maneira, emissores e receptores, apesar de ocuparem campos distintos, referendam o evento, a independência. Em razão da disputa, esse processo constitui marca indelével para o continente. Por isso, refazer a independência tem um sentido mais profundo

do que o de “mobilizar o passado”. Refazer a independência, com efeito, encerra repensar os laços identitários, rever a violência e a exploração colonial, reavaliar os projetos nacionais. Portanto, a figura do herói – ou dos anti-heróis – e a comemoração do evento reorientam a ação presente<sup>2</sup>. O indelével que persegue a apropriação revela que não há pacificação: refazer a independência é um ato que se assenta, do ponto de vista arquetípico, na busca pela liberdade, e essa, além de camaleônica, é fugidia.

## A ODISSEIA BOLIVARIANA: UMA TRAJETÓRIA

Simón Bolívar nasceu em 24 de julho de 1783 na cidade de Caracas, capital da então recém-criada Capitania Geral da Venezuela. Filho de uma rica família *criolla*, era o herdeiro natural das fazendas de cacau, da escravaria e do casarão na Praça San Jacinto que, entre outros bens, seus antepassados haviam amealhado. Aos três anos, tornou-se órfão de pai e, aos nove, a tuberculose ceifou a já frágil vida de sua mãe. A figura da ama Hipólita tornou-se por isso central nos cuidados e afetos dedicados às crianças da casa (Soares, 2008).

A educação do único varão foi inicialmente supervisionada por Miguel José Sanz, conselheiro da família, eminente advogado

---

2 Para uma leitura detida sobre o chavismo, que pode ser tomado como um novo clímax da apropriação, ver: Tiago Ciro Moral Zancope (2014). Em *A refundação da nação: bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez*, o autor, ao examinar os recursos retóricos do chavismo, expõe a radicalização, na Venezuela contemporânea, do vínculo entre a nação, a doutrina bolivariana e a própria personalidade do militar-presidente.

e autor, em 1810, do texto *Informe sobre educación pública durante la colonia*. Em seguida, Bolívar teve diferentes preceptores, dentre os quais Andrés Bello, futuro reitor da Universidade do Chile, e Simón Carreño Rodríguez, a quem os biógrafos costumam atribuir a responsabilidade pelo despertar do pupilo para os ideais de liberdade que sacudiam o Velho e o Novo Mundo. Simón Rodríguez era então um jovem professor de primeiras letras, ardoroso defensor da difusão das escolas elementares em Caracas e de uma reforma pedagógica pautada em referenciais ilustrados. Seu combate às “trevas” do ambiente colonial não se ateu às armas da educação. Em 1797, envolveu-se com uma conspiração – conhecida como Conspiração dos Pardos – em favor da independência venezuelana. O frustrado desfecho do movimento obrigou Simón Rodríguez a exilar-se, passando pela Jamaica e pelos Estados Unidos até estabelecer-se na Europa.

Como era costume entre os *criollos* mais prósperos, Simón Bolívar, quando jovem, passou temporadas na Europa, sendo a primeira delas na Espanha, com o argumento de completar sua formação. Aos 14 anos, ingressara na carreira militar e deixara os estudos em segundo plano. Por essa época, abateu-se com o fim de sua primeira aventura romântica. A ideia de viajar à metrópole pareceu oportuna aos tios que o tutelavam. Em janeiro de 1799, Bolívar embarcou com destino a Madri, que alcançou depois de escalas na Cidade do México e em Havana e dos longos meses em alto-mar.

Bolívar desfrutou da vida na Corte de Carlos IV, dos novos e aristocráticos círculos de amizade e de um novo amor. Casou-se com Maria Teresa de Toro, filha de um conterrâneo seu, e regressou com a mulher

à Venezuela, pressionado pelos contratempos políticos envolvendo, em Madri, seu tio e anfitrião Estebán Palacios. Aos oito meses de casados, Maria Teresa sucumbiu à febre amarela contraída no ultramar. Consternado com a perda precoce de sua mulher, Bolívar preferiu voltar à Europa a enfronhar-se na administração dos bens da família. Chegou a Cádiz, reviu o pai de Maria Teresa em Madri e seguiu para a França revolucionária do alvorecer do século XIX. Em Paris, entregou-se à agitação dos salões sociais, vindo a conviver com intelectuais e cientistas proeminentes, como Alexander von Humboldt e Aimé Bonpland, recém-regressos de uma expedição ao Rio Orinoco, na Capitania da Venezuela.

Deixou a França para encontrar-se com Simón Rodríguez em Viena. Juntos viajaram – e em boa parte caminharam – até a Itália, onde assistiram a mais uma coroação de Napoleão Bonaparte – que se seguiu à de Paris, em 1804. Versões canônicas de sua biografia sublinham que a imagem impressionou negativamente a Bolívar e reforçou as convicções liberais que colocaria a serviço da causa independentista americana, quando, estando já de volta à Venezuela, importantes acontecimentos envolvendo a metrópole abriram caminho para essa possibilidade histórica. Tendo testemunhado o juramento feito no Monte Aventino, em Roma, Simón Rodríguez elaborou um relato 45 anos mais tarde, difundido pelos biógrafos e historiadores. Incorporado o tom “romanceado”, o acontecimento passou a ser ratificado como marco inicial da missão em que Bolívar se embrenharia, com a promessa de libertar uma vasta porção da América dos grillhões da colonização espanhola. O profético Bolívar de Simón Rodríguez fazia da liberdade

uma tarefa exemplarmente americana: “A civilização que solapou o Oriente mostra aqui todas as suas faces, apresenta todos os seus elementos, mas quanto a resolver o grande problema do homem em liberdade, parece que o assunto tem sido desconhecido e que o despejo dessa misteriosa incógnita não se pode despejar senão no Novo Mundo” (Rodríguez apud Busaniche, 1986, pp. 15-6).

De volta à casa, Bolívar participou da conspiração política e das ações militares que depuseram o capitão-general espanhol da Venezuela e, sob a liderança de Francisco Miranda, conquistaram a independência do país em 5 de julho de 1811. A primeira República da Venezuela durou apenas um ano, sufocada pela reação realista encabeçada pelo capitão Domingo Monteverde. Nessa circunstância, a derrota em Puerto Cabelo impressionou, sobremaneira, o soldado republicano<sup>3</sup>. Essa experiência deu a Bolívar a dimensão do desafio de se buscar conquistar apoio social à causa independentista. Retirou-se para Cartagena das Índias, onde escreveu seu *Manifesto de Cartagena*,

esculpindo fortes imagens retóricas e delineando seus princípios políticos. Seu balanço voltou-se às falhas da primeira República, à tolerância com o inimigo, aos problemas do federalismo, ao fanatismo religioso despertado pelo terremoto que abalou Caracas na Semana Santa de 1812 e aos obstáculos existentes para a construção de uma nova ordem fundada sobre a democracia.

Em princípios de 1813, Bolívar conduziu um pequeno exército que, em agosto, reconquistou Caracas e inaugurou uma nova, mas fugaz, República. Bolívar exilou-se novamente, àquela ocasião no Caribe, onde redigiu a conhecida *Carta da Jamaica*, definindo os horizontes políticos de sua luta, transbordante da determinação que fazia engrossar as fileiras revolucionárias e semear febril admiração nas povoações por onde passava. Em 1815, a situação das forças de emancipação se agravou, pois Fernando VII, restaurado no trono espanhol em fevereiro de 1814, enviou um grande exército para reconquistar o vice-reino. A expedição comandada pelo temido Pablo Morillo chegou à Venezuela em 1815. O vice-reino de Nova Granada foi escolhido, dentre os demais vice-reinos hispano-americanos, para a missão de reconquista.

Em dezembro daquele mesmo ano, Bolívar deixou a Jamaica para embrenhar-se pela longa e árdua via que levaria à independência definitiva da América do Sul hispânica. O exército revolucionário ganhou corpo com a nomeação de novos generais, subordinados, pela disciplina militar e pelo cálculo político de Bolívar, à sua autoridade. José Antonio Páez, Francisco de Paula Santander, Antonio José de Sucre, José Inácio de Abreu e Lima, entre outros, traziam consigo o apoio de bases sociais de suas regiões de origem, espalhadas pelo mapa do vice-reino, dos *llanos*

---

3 Em carta dramática para Francisco de Miranda, redigida dois dias após a perda do forte, em 14 de julho de 1812, Simón Bolívar assumia sua responsabilidade, bem como justificava à opinião pública os acertos com a eleição de Miranda. Embora detalhasse as operações de guerra no forte, a escrita da missiva guiava-se pela defesa da honra, sendo seu final revelador: “Enfim, meu general, eu embarquei com meus oficiais às nove da manhã abandonado por todo o mundo, e seguido só de oito oficiais que depois de terem apresentado seu peito à morte, e sofrido pacientemente as mais cruéis privações, voltaram ao seio de sua pátria para contribuir com a salvação do Estado e cobrir de glória vossas armas. Quanto a mim, eu cumpri com o meu dever; e embora tenha perdido a Praça de Puerto Cabello, eu sou inocente, e salvei minha honra. Oxalá não tivesse salvo a minha vida, e a tivesse deixado embaixo dos escombros de uma cidade que devia ser o último asilo da liberdade e da glória da Venezuela!” (apud Fredrigo, 2010, p. 32).

aos Andes, das costas oceânicas às bacias dos grandes rios. Bases sociais indígenas, afrodescendentes, mestiças, cativadas por soldados e promessas de liberdade e de alforria.

Em 1819, o general convocava um congresso “colombiano” em Angostura, onde, em 15 de fevereiro, proferiria seu conhecido “Discurso de Angostura”, no qual voltava a definir os contornos da ordem política que almejava para a América Espanhola. O Congresso de Angostura adotou, no devido tempo, uma Constituição – a de 1821, referendada em Cúcuta – que incorporava algumas das ideias políticas de Bolívar. Adiante, no entanto, o debate sobre a escravidão e tornava o Senado vitalício. Após a vitória na Batalha de Boyacá, em agosto, e a tomada de Bogotá, Bolívar proclamou a união de todos os ex-territórios do vice-reino de Nova Granada na República da Grã-Colômbia. Nomeado seu presidente, Bolívar logo transferiu suas funções a seu vice, general Santander, para completar a libertação da América do Sul.

Em 1820, na esteira dos acontecimentos da revolução liberal na Espanha, Pablo Morillo recebeu ordens para a assinatura de um armistício. Era o primeiro passo para a derrota definitiva do exército realista espanhol. Em 1822, a Grã-Colômbia incorporou formalmente o Equador. No mês de julho, Bolívar encontrou-se com San Martín em Guayaquil, para arbitrar sobre a consolidação da libertação do Peru. Como se sabe, assumiu a campanha e entrou em Lima em setembro de 1823. A vitória final sobre as forças realistas da América do Sul ocorreu em dezembro de 1824, na Batalha de Ayacucho, quando um exército, enviado por Bolívar e liderado por Antonio José de Sucre, libertou a região do chamado Alto Peru, onde, pouco tempo depois, seria fundada a Bolívia.

Rompidos os vínculos com a metrópole, a percepção de Bolívar sobre as profundas turbulências internas em meio às quais esperava ver nascer a nova ordem reforçou, em seu projeto político, o viés centralizador, considerado autoritário, inclusive, por ex-correligionários. A Constituição da Bolívia, escrita por Bolívar em 1826, representou esse último apelo de controle sobre sua obra, posto que o documento, conforme Soriano (1992, p. 36), expressava “seu propósito de ir criando uma ordem institucional sólida e duradoura em substituição àquela que se destruiu”.

Bolívar retornou a Bogotá e reassumiu a presidência da Grã-Colômbia que, no entanto, começava a se esfacelar. Em março de 1830, renunciou ao posto de presidente e, em maio, deixou Bogotá em direção ao exílio. *O general em seu labirinto* capturado por Gabriel García Márquez morreu a caminho de Cartagena das Índias, em 17 de dezembro de 1830, aos 47 anos.

## **O EPISTOLÁRIO BOLIVARIANO: CARTAS, PARA QUE (PARA QUEM) AS QUERO?**

No documentário *Margaret Atwood: a word after a word after a word is power*, chama a atenção uma observação da escritora. Seu interlocutor queria saber se ela, romancista renomada, não se incomodava com as regras e os recursos do Twitter para comunicação. Calmamente, Atwood negou qualquer irritação ou inadequação e lembrou seu interlocutor de que bastava não considerar o Twitter escritura. Para ela, a plataforma e seus recursos se assemelham a *sinais* de comunicação, tais como o sinal de

fumaça ou o menear de uma bandeira. Duas ponderações sobre a resposta de Atwood: a escritura encerra um ato mais amplo do que o de produzir um sinal; as condições que enlaçam emissor e receptor de uma mensagem, no caso da escritura, ultrapassam o ato de produzir “comunicação imediata”. Disso decorre que, para elaborar ou apreender a escritura, é necessário considerar as reverberações da linguagem e a relação estabelecida entre os interlocutores. No interior desses âmbitos, questões relacionadas ao tempo e à subjetividade se destacam, na medida em que as reverberações da linguagem implicam o sentido da narrativa como orientação, o significado da linguagem como desejo comunicante e o aspecto do enredo tempo-espacial (cuja trama urde o instante e a memória, a proximidade e a distância). A “palavra foi feita para dizer” e o dizer, o burilar, exige elaboração.

Diante do exposto, não resta dúvida de que a correspondência é escritura, especialmente se a apreendemos como uma prática, a escrita de si<sup>4</sup>. Escrever cartas, recebê-las, lê-las, respondê-las colocam em andamento

---

4 É esclarecedor definir a escrita de si aludindo às práticas que nela se sustentam. Em tais práticas, como a escrita de autobiografias, diários e cartas, há uma exigência e um desejo de conhecimento sobre si e, ao mesmo tempo, de cuidado e elaboração a respeito de si, o que envolve, portanto, a memória e o arquivamento. Se escrever cartas é hábito antigo, no século XIX, elas são escritas de modo peculiar, visto que demandam uma nova relação entre um “eu” e um “outro”, demarcada pelo individualismo moderno (Gomes, 2004). O espaço de uma vida privada – oposta, ou melhor, resguardada da ambiência pública – fortalece a consciência do “eu”, conduzindo a uma experimentação subjetiva que, continuamente, alarga a compreensão cotidiana da vida. Nesse sentido, uma documentação pessoal do vivido abre espaço aos álbuns de família, aos cartões-postais, aos diários de viagens, entre outros.

uma relação de troca e espera, assim como, num mesmo e distinto movimento, aproximam e guardam distância. A assinatura digital demorou a se impor, posto que seu uso não se relaciona apenas à disposição dos recursos tecnológicos ou à ampliação dos processos de comprovação cartorial. Há mais: a caligrafia é íntima, intransferível. Cartas redigidas na máquina de escrever, não raro, vinham acompanhadas da assinatura de “próprio punho”. A correspondência encerra um ato pessoal, não se escreve a qualquer destinatário e não se escreve do mesmo modo a destinatários distintos. Como bem sabia Bolívar, uma carta e um ofício têm profundas diferenças, tanto no que se refere à elaboração quanto aos usos e circulação:

“Não me pareceu direito que o Senhor tenha aberto as minhas cartas a Santander e Peñalver. As cartas confidenciais são sagradas para todos, porque contam segredos de outros que não se deve confiar. Assim, espero que de hoje em diante o Senhor não abra nada além das comunicações oficiais, que cuidam das questões do Chile, do Ministro da Guerra, do Panamá, de Castillo e Salom, as demais devem vir fechadas para mim.

[...]

Pérez não tem recebido comunicação oficial do Senhor, e eu quero que o serviço se faça oficialmente e não por cartas, pois as cartas não são documentos públicos que devem sempre aparecer. Eu detesto esse instrumento de compreensão, pois não há meio de contestar oficialmente uma carta senão por irregularidades chocantes, sem restar documentos sobre os quais recaiam as resoluções. As cartas são muito boas, mas os ofícios também” (apud Fredrigo, 2010, pp. 52-3).

Inúmeras passagens do epistolário bolivariano possibilitam examinar a prática de elaboração e arquivamento de si, associando tais ações ao cultivo da comunidade de generais, ao domínio da informação no teatro da guerra e ao desejo de controle da posteridade. Se a carta escrita para Heres demonstra a ciência do missivista quanto à singularidade e relevância de seus escritos, a trajetória de organização das cartas reiterou o cuidado de Bolívar com sua correspondência pessoal. Segundo o organizador do epistolário, Vicente Lecuna, não existiam cópias das cartas privadas na Secretaria, tal como existiam para os documentos oficiais. Por isso, o pesquisador cumpriu um longo percurso, de 1917 a 1929, para a constituição de um *corpus*, materializado nas *Cartas del Libertador* – coletânea publicada entre 1964 e 1969, composta de sete tomos que abrigam 2.815 missivas (Fredrigo, 2010).

Em mais de uma circunstância, o destino da correspondência ocupou os pensamentos de Simón Bolívar. Esse é outro dado que nos permite avaliar a complexidade do epistolário. No testamento, Bolívar solicita que queimem os documentos guardados nos baús, a serem enviados para o senhor Juan Bautista Pavageau<sup>5</sup>, que, conforme ordem de setembro de 1830, deveria transportá-los para Paris. Para sorte de historiadores, biógrafos e romancistas, o missivista teve seu desejo contrariado por seus amigos íntimos, os primeiros a lidarem com aquela documentação. Amparado nas cartas e em outros documentos, o general Daniel Florêncio O’Leary escreveu *Memórias*, publicadas

em 1879 a cargo de seu filho, Simón Bolívar O’Leary. Em outra carta, então para Santander, Bolívar solicitara: “Não mande publicar minhas cartas, nem vivo e nem morto, porque elas estão escritas com muita liberdade e desordem” (apud Fredrigo, 2010, p. 57). É preciso não se deixar induzir. O pedido da não publicação de suas cartas e a adjetivação da escrita presente nelas, “livre e desordenada”, devem incitar o exame pormenorizado. Começemos pela data: a missiva foi escrita em 1825, quando o reconhecimento das independências na América consumara-se. A partir de então, o cenário seria o de uma outra batalha, a que envolveria os representantes da elite *criolla*. Certamente, não haveria motivo para o pedido se Bolívar não soubesse do interesse em seu arquivo pessoal. Mais importante ainda, embora algumas cartas possam, sim, ser escritas desordenadamente, isso não é sinônimo de “muita liberdade”. O argumento é retórico, especialmente para um homem vigilante como o general. Era ele mesmo seu primeiro censor, escrevendo ou ditando cartas. De tais solicitações e suas circunstâncias, fundamental é reter que cultivar o epistolário exigia ações e projeções variadas, por isso o esforço de convencer e organizar os interlocutores do presente, bem como o de abrir caminhos para os da posteridade, indicando o resguardo de sua honra pelos serviços prestados. Em 1821, em carta para Pedro Gual, Bolívar anunciava o roteiro à história patriótica, embaralhando presente e futuro:

“Você me diz que a história dirá de mim coisas magníficas. Eu penso que não dirá nada tão maior quanto o meu desprendimento do mando, minha consagração absoluta às armas para salvar o governo e a pátria.

5 Conforme item 9 da cópia do testamento registrado em Cartagena, em 12 de janeiro de 1831.

A história dirá: ‘Bolívar tomou o mando para libertar seus concidadãos, e quando foram libertados os deixou para que se governassem por suas leis e sua vontade’” (apud Fredrigo, 2010, pp. 168-9).

Com a mesma ênfase com que requeria cuidado e sigilo, louvava a publicação da correspondência quando essa servia à defesa de sua imagem pública. Numa missiva endereçada a Páez, datada de 27 de dezembro de 1829, Bolívar comprazia-se da divulgação de uma carta confidencial destinada a O’Leary. Uma aparente contradição valeria a pergunta: tratava-se de uma carta confidencial escrita para divulgação? Uma dedução certa desenreda o paradoxo: escrever cartas era também guerrear. Guerras e escritas mobilizavam a comunidade de generais e a opinião pública e completavam a obra independentista, reverberando o projeto republicano unitário e centralizador. Especialmente nessa carta, a defesa do republicanismo respondia à acusação de que Bolívar preparava um plano para a instauração da monarquia na América, com o objetivo de conceder a si mesmo a coroa:

“Muito irritados estavam os pasquins e torpezas publicaram contra minha reputação em Caracas, caluniando-me com pensamentos indignos de minha glória e de um homem que conduziu a guerra aos tiranos, nomeado de *Libertador*. Mas já estou contente, ao saber que a publicação de minha carta confidencial para O’Leary desmentiu meus inimigos, e que o Senhor os conteve, reprimindo suas pretensões. Nunca duvidei de que assim seria, porque na Venezuela ninguém é capaz de levantar a voz contra a autoridade que o Senhor sustenta; bem persuadido

estou de que sou incapaz de me degradar aspirando à fundação do mesmo governo que destruí; pois disso o Senhor tem provas incontestáveis e eu as darei todavia maiores logo depois que deixar a presidência que me aborrece, só porque julgam que podem me usar de escala para o trono. Bem rápido se verá o meu desprendimento nesta parte: dentro de poucos dias se verá o vulto que sou” (apud Fredrigo, 2010, p. 59).

Os breves e parcos exemplos apresentados explicitam que o epistolário encerra um jogo narrativo. Os missivistas são coletores de lembranças, assediados por notícias que nem sempre podem ter frescor – o tempo da guerra não é o de seu relato, e as cartas de Bolívar a Miranda sobre a perda de Puerto Cabello assim o confirmam. Agindo como intrusos a ler a correspondência do general e procurando nela os, às vezes, fragmentados sentidos internos, é preciso admitir que ciência narrativa não é onisciência, mas, sim, uma arriscada celebração com o tempo. Os movimentos que se desprendem das missivas articulam tempo e lugar, ausência e presença, história e memória.

Para encerrar este item, uma última imagem: a interrupção de uma profícua correspondência que se estendera por mais de dez anos. Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander cessaram sua correspondência pessoal em 1827. Em razão disso, os secretários entraram imediatamente em cena, já que o silêncio entre os generais era rompido apenas em circunstâncias raras e, ainda assim, por monossílabos. Assiste-se não exatamente ao silêncio sepulcral, mas a um dramático monólogo, subscrito por Santander, quando ele foi despojado da vice-presidência, preso e enviado ao desterro (Fredrigo, 2017). O tema

é amplo para o espaço deste artigo, então, apenas registramos, sinteticamente, alguns elementos gerais dessa correspondência.

Com certeza, as cartas do granadino foram escritas prenunciando seu uso como documento público, sobretudo, as que advieram do rompimento. As defesas do liberalismo, da administração e da obra da independência sustentam-se numa reflexão pragmática, cuja pretensão era apontar os problemas cotidianos referentes à organização da República. Embora Santander se queixe da ingratidão pública e das calúnias, suas cartas expressam a preocupação com a lide administrativa. Mesmo que a escrita funcione também como recurso à elaboração de uma memória de si, não é possível desconsiderar a relevância atribuída ao árduo empreendimento de organizar e administrar os territórios libertados. A carta resposta, com a qual Santander “aceitou” o imperativo de Bolívar em não mais se comunicar com ele, é significativa. Datada de 29 de abril de 1826, nela Santander roga a Bolívar indulgência com a longa correspondência cultivada:

“Ao terminar nossa correspondência, tenho de pedir ao senhor um favor, que seja indulgente pela liberdade empregada em minhas cartas; usei a linguagem que devia falar a um amigo, que tão bondoso se mostrava comigo, desde que do Peru, ainda me estimulou que não prolongasse a interrupção de minhas cartas, que já começavam a ser omitidas. Não duvido que o senhor me dará esta graça com a mesma bondade que tem dado aos seus inimigos e de sua pátria. Eu mereço mais que eles porque tenho sido antigo e constante patriota, seu companheiro e instrumento eficaz de suas gloriosas empresas” (Santander apud Fredrigo, 2017, pp. 209-10).

O tom da carta é firme e previdente. Conforme sugerido, a comunidade de generais compartilhava a percepção de que, em razão da libertação e fundação das repúblicas sul-americanas, devia indicar caminhos à posteridade. Por isso mesmo, Santander, o desterrado que combatia a injúria a ele desferida, permanecia escrevendo – e não só cartas, mas diários e memórias (Bittencourt, 2013). No caso de missivas, evidencia-se, a partir do trecho selecionado, que a escrita sem interlocução, ainda assim, produz significado e fornece pistas valiosas. Afinal, uma missiva, mesmo que dela não tenhamos resposta – ou porque extraviou-se, ou porque a ela não se elaborou resposta, ou porque, elaborada a resposta, preferiu-se não enviar –, dilata-se no tempo. Uma carta sem resposta é um diálogo interrompido, mas não deixa de ser diálogo, na medida em que o emissor, assim que data uma carta, se entrega a um destinatário, imagina-o, alimenta-o e dele se nutre<sup>6</sup>.

## **APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO HERÓI: ARTE E POLÍTICA; LUTO E PARTILHA**

Ao analisar as festas bolivarianas da Caracas oitocentista, Matheus Amilton Martins (2018) corrobora que o culto heroico a Simón Bolívar, embora atravessasse a Venezuela desde o pós-independência, não deve ser visto como fenômeno monolítico. Adverte que, se uma duradoura educação cívica bolivariana

---

6 Além do remetente, cabe uma análise apurada sobre os secretários e as cartas que redigiram, após o rompimento entre as lideranças, trabalho ainda a ser realizado.

elegeu o general como “modelo moral exclusivo” das elites venezuelanas, a inauguração de monumentos significou a captura republicana da liderança no espaço urbano. Com isso, Martins (2018, p. 16) pretende apontar que “movimentos coetâneos muitas vezes podiam ser contraditórios e mesmo opostos, ainda que surgissem de um lugar-comum envolvido na produção de expressões aceitas pela sociedade enquanto verdades”. Concor damos e acrescentamos que, reveladores do vigor da fundação nacional e do laço coletivo renovado com as independências, os monumentos ultrapassam essa orientação, posto que, também, mantêm vivas as disputas entre as lideranças *criollas*. Ou seja, os monumentos expõem a comunidade de generais, na partilha e na desavença, e confirmam que a aposta de Simón Bolívar com a posteridade frutificou. Diante de tal evidência, parecemos um equívoco enxergar nos monumentos exclusivamente o consenso; entendemos haver neles tensão e divergência esperando para serem evocadas e problematizadas.

Nesse sentido, saindo em viagem da Venezuela rumo à Colômbia, mais especialmente Bogotá, encontramos com as estátuas de Bolívar e Santander dividindo o espaço do centro histórico da cidade, mas separadas por 700 metros, aproximadamente – uma localizada na Praça Bolívar, antes Plaza Mayor, e a outra no Parque Santander, marco de fundação de Bogotá. Proximidade e distância; partilha e separação – tal como na correspondência, os generais mantêm-se reservados no espaço urbano. Para o olhar arguto, o cenário citadino oferece a pista da hierarquização. Doado ao Congresso por José Ignacio Paris e instalado em 1846, o monumento *Homenagen a Simón Bolívar* encontra-se cercado por todos os poderes

instituídos, o secular e o sagrado. Em seu entorno, estão o Congresso Nacional, o Palácio da Justiça e a Catedral Primada da Colômbia, entre outros edifícios importantes. Compondo com o que a cerca, orientando o olhar e sugerindo uma narrativa visual àqueles que caminham pela cidade, a estátua de Bolívar apresenta-se ereta. Dispensando a montaria, segura a espada com a mão direita, mas não em riste; na esquerda, leva a Constituição. Também não é representado jovem: sua figura é sábia, madura e comedida, aliando o traje militar à toga em estilo romano. Bolívar parece querer dizer que a República constitucional pode contar com o poder militar – capturadas estão as entrelinhas do epistolário. A força que emana o Bolívar de bronze não vem da guerra ou do furacão revolucionário, mas da proteção às leis e à liberdade (com a espada e insígnias militares, reforçemos). Apesar disso, de certo modo, a estátua – republicana e romanizada – segue repercutindo “o drama da consciência nacional hispano-americana: como ser ocidental fora do Ocidente?” (Martins, 2015, p. 68). Passado e presente se provocam e se misturam, criando recepções variadas.

Dali a poucos metros, a estátua de Santander, imortalizada em um parque que, de acordo com as informações turísticas, localiza-se em um dos marcos de fundação da cidade, cujo entorno, atualmente, abriga o Museu do Ouro, a Igreja de São Francisco e o Edifício Avianca, local onde se localizava a residência ocupada por Santander até sua morte. Também fruto de informações turísticas, reconhece-se que o lugar competia em importância com a Praça Bolívar, sem superá-la, entretanto. A estátua foi inaugurada em 6 de maio de 1878. Com postura similar à de Bolívar, Santander repousa uma mão

sob a espada embainhada e a Constituição noutra, além de vestir trajes militares, parcialmente cobertos pela toga. As lideranças compartilham a vestimenta e a dupla função – a militar e a legislativa. Diferencia-os o lugar onde se encontram, a despeito de serem ambos incorporados à paisagem histórica da cidade. As datas das homenagens podem indicar também pistas da disputa: a instalação da estátua de Bolívar (1846) antecede a de Santander (1878) em pouco mais de 30 anos. Nessa matemática, é preciso considerar, também, o intervalo de uma década entre os falecimentos de um e outro general, Bolívar em 1830 e Santander em 1840. A paisagem urbana impõe uma hipótese, a de que a disputa representacional pereniza-se por meio da eleição e nomeação de praças e parques, estabelecendo pulsantes “lugares de memória”. Instigante é o problema que emerge dela, a hipótese: de que maneira a ocupação de espaços revela as hierarquizações constituidoras de olhares e narrativas, no caso dos generais da independência?

Encaminhando-nos para o fim deste artigo, mas ainda passeando pela Colômbia, exploraremos uma instalação da artista colombiana Doris Salcedo, na Praça Bolívar. Em seguida, nos dirigiremos à Venezuela para tratar da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar.

Ana Lúcia Oliveira Vilela (2020), em um instigante artigo sobre a artista colombiana Doris Salcedo, permite-nos demonstrar o movimento complexo dos tentáculos flexíveis do passado a enlaçar o presente. Vilela descreve e examina *Sumando ausencias*, instalação idealizada após o plebiscito de 2016, ocasião em que se rejeita o acordo de paz entre o governo colombiano e as Farc-EP. A instalação, ao apropriar-se também (mas não só) de Simón Bolívar, expressa um forte e

profundo diálogo entre arte e política, passado e presente, liberdade individual e construção coletiva. Acompanhemos a descrição:

“Doris Salcedo idealizou uma instalação, na praça central de Bogotá, intitulada *Sumando ausencias* (*Somando ausências*). A obra consistia, aproximadamente, de 1.900 mortalhas retangulares de tecido alvo sobre as quais foram inscritas, com cinzas, nomes de mortos no conflito civil. Cada mortalha foi cerzida, por voluntários, às outras que se avizinhavam, formando uma grande bandeira branca que recobriu toda a extensão da praça. Aparentemente simples, a obra enseja reflexões incomuns às obras públicas e monumentos. Em *Sumando ausencias*, os mortos equivalem-se em importância. Cada mortalha tem o tamanho de qualquer outra e ocupa o mesmo espaço. Os nomes são todos inscritos com as mesmas cinzas no centro das peças de tecido, mantendo-se a grafia. As vítimas não se relacionam a um algoz particular. Não são as vítimas das Farc, das milícias, do exército ou das forças policiais. São apenas homenageadas e pranteadas” (Vilela, 2020, p. 241).

Mais adiante, explorando as relações entre a instalação e a estátua de Simón Bolívar, Ana Lúcia Vilela (2020) não nos deixa escamotear a dupla função da estátua que sombreia as mortalhas. O general anuncia que a forja nacional violenta, oprime e, no extremo, silencia com a finitude, ao mesmo tempo em que ilumina um pacto coletivo. Entre uma e outra função, o futuro e o desejo se interpoem: a nação de hoje acolhe a opressão e o conflito de ontem para que a elaboração produza não o esquecimento, mas uma outra e renovada liberdade republicana. Assim, como

sugerido linhas atrás, o monumento investe na tensão, ampliando olhares e percepções. Nas palavras da autora:

“Com a instalação, a praça foi tomada por duas formas, se não opostas, ao menos conflitantes de compreensão e estruturação do laço social. Enquanto a estátua destaca a figura de Bolívar como símbolo da nação e, portanto, centro e esteio de um laço social hierarquizado, a obra de Salcedo enfatiza as vítimas da forja violenta dessa unidade nacional. Aos pés de Bolívar, a grande mortalha branca desafia o triunfalismo da história oficial. Ainda assim, é em torno do Libertador que a mortalha se estrutura. Ou seja, de alguma forma, conscientemente ou não, o problema da nação é colocado no centro do conflito” (Vilela, 2020, p. 244).

Retornamos à Venezuela, dessa feita, governada por Hugo Chávez, entre 1999 e 2013. Nesse tempo e lugar, a figura de Simón Bolívar voltou a assumir centralidade. Mais do que atento ao herói, Chávez fomentou a apropriação e conduziu o culto ao clímax, inclusive batizando seu projeto político de Revolução Bolivariana. De acordo com o historiador Eduardo Scheidt (2013, p. 174):

“Desde meados dos anos 70, Chávez participava de grupos clandestinos no interior das Forças Armadas, que eram contrários ao regime e se inspiravam especialmente em Simón Bolívar na conformação de um ideário nacionalista e popular. Estes grupos eram profundamente críticos do imperialismo norte-americano e afirmavam que a Venezuela era governada por uma oligarquia identificada com os interesses dos EUA, daí

a necessidade de se realizarem transformações profundas no país”.

Uma vez no poder, Chávez fez de *El Libertador* a matriz simbólica para legitimar os pilares de uma plataforma voltada à afirmação da independência política e econômica da Venezuela, no plano internacional, e da inclusão social, no plano interno. Nesse exercício retórico, projetou sobre Simón Bolívar perspectivas extemporâneas, com base em ideias suficientemente grandiosas e abstratas para sustentar os vínculos anunciados. Em seu discurso de posse, professou:

“Virtuoso o cidadão que sob o escudo das armas em seu poder convoca a soberania nacional para que exerça sua vontade absoluta. Por mil povos, por mil caminhos, durante milhares de dias percorrendo o país durante estes últimos quase cinco anos, vou repetir diante de muitíssimos venezuelanos esta frase pronunciada por nosso Pai infinito, *El Libertador*. Também diante de outro Congresso, o Congresso da República Grande, o Congresso de Angostura de 1819, o Congresso de onde nasceu a Terceira Grande República, a do poder moral, a da Grã-Colômbia, a da unidade latino-americana, caribenha, eu repetia muito essa frase e, nos últimos meses da insólita campanha eleitoral de 1998, porque foi realmente insólita, repeti uma vez mais inspirado pela certeza expressa por Walt Whitman quando dizia: ‘Certo como a mais segura das certezas’” (Chávez, 1999 – tradução das autoras).

A Revolução Bolivariana atribuía ao Estado o papel de promover a soberania nacional e a redistribuição de riquezas –

especialmente as advindas do petróleo – em prol dos grupos socialmente vulneráveis. As transformações em curso se fariam sobre bases democráticas – menos as de uma democracia representativa, cada vez mais as de uma “democracia participativa”, envolvendo a população, mais diretamente, na tomada de decisões políticas. Passados quase dois séculos da campanha de independência, a desconfiança de Bolívar frente ao despreparo do povo americano ganhava tonalidades radicalmente diferentes. No momento fundacional da Grã-Colômbia, quando proferiu o “Discurso de Angostura” ao primeiro Congresso reunido, o general ponderou, cético:

“[...] o povo americano, condenado ao triplo jugo da ignorância, de tiranos e do vício, não pôde adquirir nem saber, nem poder nem virtude. [...] A liberdade, diz Rousseau, é um alimento suculento, mas de difícil digestão. Nossos malformados concidadãos terão de fortalecer seu espírito muito antes de conseguir digerir o saudável alimento da liberdade” (Bolívar, 1992, p. 85).

Então, apropriada, a imagem de Bolívar guardava uma aura e prestava-se a revestir o presente de vigor e esperança. O regime de Chávez criou a Orquestra Sinfônica Simón Bolívar sobre as bases do Sistema Nacional de las Orquestras Juveniles e Infantiles, estabelecido muitos anos antes por José Antonio Abreu. Fruto ele próprio do “Sistema”, o jovem violinista e maestro Gustavo Dudamel assumiu a regência da Filarmônica, levando seus jovens músicos, filhos das camadas populares, a apresentar-se com brilho em salas de concerto do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa. A Orquestra

Bolivariana performava repertórios clássicos – Brahms, Beethoven, Stravinski –, mas também venezuelanos e, mais amplamente, latino-americanos. O maestro Dudamel, recém-empossado regente, em 2021, da Orquestra Filarmônica de Paris, com sede no Palácio Garnier, levou ao mundo uma imagem auspiciosa da Venezuela – talentosa, alegre e justa. A essa altura, no entanto, o cenário é outro. Dudamel teve uma turnê internacional da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar cancelada pelo governo de Nicolás Maduro, depois de tomar posição contra a escalada da violência em seu país. Em 2017, um jovem violinista da orquestra foi baleado e morto em protesto reprimido por forças policiais.

Enquanto na Colômbia, integrado ao antimonumento<sup>7</sup> de Doris Salcedo, Bolívar acende o debate público, na Venezuela, a memória luminosa construída em torno do general parece insuficiente para redimir o tempo presente. Embora finalizemos o artigo em tom lúgubre, apontamos para uma certeza, a de que a história e os pactos coletivos se reinventam, desde que elaborados por sociedades civis não afeitas ao esquecimento. Sozinho, herói algum encontra saída do labirinto ou do panteão.

---

7 Ana Lúcia Oliveira Vilela registra a posição de Doris Salcedo, quando da inauguração do Museu Fragmentos: Espacio de Arte y Memoria, em 2018, em Bogotá: “O acervo do museu guarda a documentação relativa ao acordo e à entrega e custódia das armas. Projetos e registros fotográficos audiovisuais da elaboração da obra também podem ser aí encontrados. A artista rejeitou a ideia de monumentalizar as armas responsáveis pela dor que havia testemunhado inúmeras vezes. Aceitou o convite apenas depois de convencer-se a realizar um antimonumento [...] A obra deveria servir à pluralidade de memórias e histórias” (Vilela, 2020, pp. 237-8).

## REFERÊNCIAS

- BOLÍVAR, S. *Testamento de S. E. El Libertador de Colombia General Simón Bolívar*. Disponível em: [https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2290/testamento\\_de\\_s\\_e\\_el\\_libertador\\_de%20colomb.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2290/testamento_de_s_e_el_libertador_de%20colomb.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 3/jul./2021.
- BOLÍVAR, S. *Escritos políticos*. Org. Graciela Soriano. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- BITTENCOURT, L. B. "Escrever, contar, guardar: o diário de Santander no exílio europeu (1829-1832)". *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66. São Paulo, 2013, pp. 247-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/DBF8VZ3JHG4rdrckvbpRFRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9/jul./2021.
- BUSANICHE, J. L. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CARRERA-DAMAS, G. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en la Venezuela*. Caracas, Fundación de Instituto de Antropología y História/ Universidad Central de Venezuela, 1969.
- CHÁVEZ, H. *Discurso de toma de posesión*. 1999. Disponível em: [www.analitica.com/bitblob/hchavez](http://www.analitica.com/bitblob/hchavez). Acesso em: 12/jun./2013.
- FLORES GONZÁLEZ, J. "Muerte, exequias y corazones en tiempos de la guerra de independencia venezolana", in J. Flores González et al. *!He aquí el año terrible! 1814: mitos, hitos y redefiniciones*. Caracas, Centro Nacional de Estudios Históricos, 2017, pp. 15-79.
- FREDRIGO, F. S. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.
- FREDRIGO, F. S. *Guerras de papel: Francisco de Paula Santander e Simón Bolívar, das peças autobiográficas à narrativa epistolar (1826-1837)*. Goiânia, Editora da UFG, 2017.
- GOMES, A. C. "Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo", in A. C. Gomes (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- KRAUSE, E. "Hugo Chávez: o adorador do herói", in *Os redentores: ideias e poder na América Latina*. São Paulo, Saraiva, 2011, pp. 527-64.
- LANG, N.; RAYMONT, P. *Margaret Atwood: a word after a word after a word is power*. Documentário. Canadá, 2019.
- LYNCH, J. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Buenos Aires, Ariel Historia, 1976.
- MARTINS, M. A. *Festas para Bolívar? Entre projetos e sentidos nas comemorações dedicadas ao Libertador em Caracas (1827, 1842, 1883)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2018.
- PIGLIA, R. "Uma narrativa sobre Kafka", in *O último leitor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 38-73.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo/Bauru, Edusp/Edusc, 1999.
- RODRÍGUEZ JÍMENEZ, P. "Cuerpos, honras fúnebres y corazones en la formación de la República colombiana". *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 38, n. 2, jul.dic.2011, pp. 155-79. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/28087/28341>. Acesso em: 13/jun./2021.

- SCHEIDT, E. “‘Revolução Bolivariana’ nos discursos de Hugo Chávez”. *Cordis. Revoluções, Cultura e Política na América Latina*, n. 11. São Paulo, jul.-dez./2013, pp. 155-93.
- SOARES, G. P. *Simón Bolívar*. São Paulo, Secretaria de Estado de Educação/Fundação Memorial da América Latina, 2008.
- SORIANO, G. (org.). “Introdução”, in S. Bolívar. *Escritos políticos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- VILELA, A. L. O. “Pavimentar o chão comum: a utopia melancólica na obra de Doris Salcedo”, in F. S. Fredrigo; I. L. Gomes. *História e trauma: linguagens e usos do passado*. Vitória, Milfontes, 2020, pp. 239-60.
- ZANCOPE, T. C. M. *A refundação da nação: bolivarianismo nos discursos de Hugo Chávez (1999-2000)*. Goiânia, Editora da UFG, 2014.